

OPINIÃO

É possível um crescimento para todos

Thierry Jouanolu

Trata-se de influenciar diretamente a evolução da globalização para orientar o seu curso em direção a objetivos de "desenvolvimento humano". Para o conseguir, a Economia Social e Solidária deseja multiplicar parcerias eficazes com as cidades, com os territórios e com os Estados, mas também, é claro, com os sindicatos.

O crescimento está no centro dos debates na França e na Europa e noutros lugares do mundo. Mas, na realidade, de que crescimento é que falamos? Existe a possibilidade de que esse crescimento se torne uma realidade em Portugal, em França e no nosso continente? Pessimistas, otimistas ou simplesmente voluntaristas confrontam-se, defensores do crescimento forte e do decréscimo também.

A questão ganha ainda mais importância num período de desemprego elevado que dura desde há vários anos, afetando muitos países da União Europeia e realçando as desigualdades persistentes. Atravessamos um período de contração de setores inteiros das economias nacionais.

Tal situação só pode encorajar-nos a procurar caminhos partilháveis de progresso e de inovação e a superar divisões antigas! Aliás, não é por acaso que a Economia Social e Solidária (ESS) rompeu com a sua habitual discrição.

E se, à semelhança do que já existe noutros países, em França foi criado um Ministério específico pelo presidente François Hollande e o seu primeiro-ministro, é porque a ESS é – finalmente – reconhecida como uma alavanca para a mudança. Nos últimos 10 anos, a ESS criou em França 440 mil novos postos de trabalho (o que representa um crescimento de 23% em relação à década anterior, em comparação com os 7% de aumento de todo o emprego privado¹) e prevê-se que esse crescimento seja ainda maior na próxima década.

Internacionalmente, a análise das 300 maiores cooperativas do mundo mostrou que estas 300 empresas representam um volume de negócios de 1600 mil milhões de dólares, um valor comparável ao PIB de nona maior economia do mundo²! E, porquê? Porque as empresas da ESS, que são as cooperativas, as mutualidades, as associações e as fundações têm sido capazes de manter-se na economia real e, ao mesmo tempo, responder às novas expectativas da população.

Isso explica em particular porque é que os bancos cooperativos e as mutualidades de seguros do mundo inteiro atravessaram melhor as crises de 2008 e de 2011 em relação aos bancos e companhias de seguros tradicionais. E também explica porque a ESS, que representava 6 a 7% do PIB da Europa na década de 1980, já responde por mais de 10% do PIB europeu e por cerca de 12% dos postos de trabalho. A nível mundial, as organizações da ESS também asseguram 10% do PIB!

Há cada vez mais Estados que manifestam a sua vontade de que a ESS desempenhe um papel mais importante nas atividades económicas, sociais, ambientais. Na França, no próximo dia 24 de Julho, o Conselho de Ministros irá apreciar um projeto de Lei da Economia Social e Solidária. Foram adotadas leis similares em Espanha (Março de 2011), no Equador (Abril de 2011), no México (Maio de 2012), em Portugal (Maio de 2013), enquanto outros projetos estão em desenvolvimento no Québec e na Argentina.

Depois de ter organizado as reuniões de Nova Iorque e do Rio de Janeiro em 2012, o "Fórum Internacional de Dirigentes da ESS – Les Rencontres du Mont Blanc" mobiliza-se e prepara o seu Fórum 2013 sobre o tema: "Mudar o curso da globalização com a Economia Social e Solidária, em direção aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio pós-2015". Projeto certamente ambicioso, mas necessário. O Fórum também está a implementar um local de partilha de projetos "transfronteiriços" e "transatividades", aberto aos atores da ESS do Sul e do Norte.

Trata-se de influenciar diretamente a evolução da globalização para orientar o seu curso em direção a objetivos de "desenvolvimento humano". Para o conseguir, a ESS deseja multiplicar parcerias eficazes com as cidades, com os territórios e com os Estados, mas também, é claro, com os sindicatos. A este propósito estão já estabelecidos vínculos com muitas instituições internacionais (ONU, OIT, PNUD, FAO...) e com federações internacionais (Aliança Cooperativa Internacional, a Associação Internacional de Mutualidades). Estas parcerias estratégicas são fundamentais. Por um lado, é óbvio que a ESS não pode atuar sozinha já que, por outro lado, tem de atuar num contexto económico e social "plural".

Com a preocupação constante de dar à luz novos "rebentos" em setores como a Internet, os software livres, as sementes livres, as moedas locais ... e também de dar origem a novos tipos de empresas com dimensões sociais e cívicas, a Economia Social e Solidária evolui, inventa e cresce. A ESS também apela para que a ela se juntem e com ela atuem os novos dirigentes conscientes das mudanças em curso. Com base em cidadãs e cidadãos que, sem dúvida, querem trabalhar e consumir, mas de outra forma, ou seja, sem estar sob a pressão de mercados manipulados.

É assim que a ESS se tem convertido, pouco a pouco, num ator chave para os governos e as instituições continentais e internacionais. O pragmatismo e o realismo requerem cada vez mais que os responsáveis políticos avaliem a importância da ESS e se apoiem nela: na França, como já é o caso, mas também em Bruxelas, onde desperta o interesse e também já em muitos outros países do nosso planeta. Ainda há muito caminho a percorrer, tendo em vista romper com os velhos esquemas venerados em Davos que já demonstraram as suas grandes deficiências, mas, contudo, evitando cair nos defeitos, difusos, dos neoliberais quando apelam a um crescimento pseudo-paternalista que, no entanto, não deixa de ser capitalista.

A Economia Social e Solidária oferece acesso a um novo modo de crescimento, disciplinado de acordo com critérios de governança democrática, de propriedade tanto privada como coletiva e igualmente sociais e ambientais: um crescimento para todas e para todos. Colocando as ferramentas económicas e financeiras ao serviço deste objetivo e não o contrário. Trata-se, com a ESS de nos dirigirmos a uma abordagem controlada e humanizada da globalização.

1) Fonte : Economie sociale : le bilan de l'emploi e 2010, Recherches et Solidarités, 17 Junho 2011.

2) Fonte: Global 300 http://ica.coop/sites/default/files/media_items/Global300Report2011.pdf

Nota: Traduzido para português por Jorge de Sá, vice-presidente do CIRIEC Portugal e do CIRIEC Internacional.

* Presidente da associação "Les Rencontres du Mont Blanc" (Fórum Internacional de Dirigentes da ESS)

Este artigo de opinião foi escrito em conformidade com o novo Acordo Ortográfico.